



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Tumiritinga

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Tumiritinga	26
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise Temática	36
3.3	Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao Rio Doce	69
3.4	Clipping de Notícias	74
3.5	Textos Acadêmicos	82
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	86
4.1	Turismo	86
4.2	Cultura	86
4.3	Esporte e Lazer	87
5	Avaliação de Impactos	90
5.1	Metodologia	90
5.2	Resultados	110
6	Créditos e referências	134
	Entrevistados no município	134
	Equipe Técnica	134

Referências	138
-------------------	-----

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização do município de Tumiritinga	31
Figura 7 Mapa dos bens identificados em Tumiritinga	39
Figura 8 Táxi do Senhor João	47
Figura 9 Espaço para eventos Praia do Jaó	52
Figura 10 Praia do Jaó	53
Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	55
Figura 12 Mapa de localização das comunidades próximas ao rio Doce em Tumiritinga ...	70
Figura 13 Igreja Evangélica em São Tomé do Rio Doce, em Tumiritinga	71
Figura 14 Assentamento Primeiro de Junho, em Tumiritinga	73
Figura 15 Rio Doce em Tumiritinga	79
Figura 16 Comerciantes da Praia do Jaó protestam em Tumiritinga	80
Figura 17 Nuvem de termos referentes ao clipping de Tumiritinga	81
Figura 18 Modelo de Gráfico de Radar	95

Figura 19 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	96
Figura 20 Classificação da Significância de Impactos	97
Figura 21 Localização da Praia do Jaó, em Tumiritinga.....	112
Figura 22 Localização de São Tomé do Rio Doce	118
Figura 23 São Tomé do Rio Doce	119
Figura 24 Localização do Assentamento Cachoeirinha.....	121

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Tumiritinga.....	35
Gráfico 2 Impacto na imagem do município	110
Gráfico 3 Impacto na paisagem.....	111
Gráfico 4 Impacto na Praia do Jaó	113
Gráfico 5 Impactos sobre atividades culturais, turísticas, de esporte e lazer	115
Gráfico 6 Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas	117
Gráfico 7 Impacto na comunidade São Tomé do Rio Doce.....	120
Gráfico 8 Impacto do Assentamento Cachoeirinha	122
Gráfico 9 Impacto sobre o Assentamento Primeiro de Junho.....	123
Gráfico 10 Impacto sobre o Assentamento Águas de Prata e Terra Prometida	125
Gráfico 11 Impacto Econômicos no Setor de Turismo	127

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização - Tumiritinga e Minas Gerais (%).....	28

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Tumiritinga e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Tumiritinga e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)	32
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - Tumiritinga e Minas Gerais (2010 – 2013)	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Tumiritinga e Minas Gerais (2000 e 2010).....	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística - Tumiritinga.....	37
Tabela 8 Equipamentos de hospedagem	44
Tabela 9 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Tumiritinga	45
Tabela 10 Locais e templos de manifestação de fé/edificações	49
Tabela 11 Equipamentos de esporte e lazer	68
Tabela 12 Clipping de notícias de Tumiritinga.....	75
Tabela 13 Síntese de citações	83
Tabela 14 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	91
Tabela 15 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais	93
Tabela 16 Planilha de identificação dos impactos ambientais	129
Tabela 17 Listagem de participantes de reunião institucional em Tumiritinga	134
Tabela 18 Equipe Técnica	134

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Tumiritinga, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

¹ Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

² Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Tumiritinga aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Tumiritinga/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Tumiritinga. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsídio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Tumiritinga

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

A área na qual está localizada Tumiritinga foi, até o ano de 1910, parte de uma propriedade rural, a fazenda do coronel Xandoca, situada no município de Tarumirim. No ano seguinte, a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas alterou a dinâmica da localidade, levando diversas pessoas, sobretudo trabalhadores ferroviários, a se estabelecerem no local. O povoado, então conhecido como “Parada da Cachoeirinha”⁷, em função da proximidade de uma queda d’água proveniente do rio Doce, logo passou a ser denominado Cachoeirinha (BARBOSA, 1995; TUMIRITINGA, 2016).

Em 1934, o povoado passou a integrar o município de Itanhomi, criado em 1923 e retrocedido à categoria de distrito em 1927, quando anexou-se a Tarumirim (BARBOSA, 1995).

Em 17 de dezembro de 1938, o povoado foi elevado à categoria de distrito de Tarumirim, por meio da Lei nº 148. Em 31 de dezembro de 1943, o distrito teve seu nome alterado para Tumiritinga, com a Lei nº 158. Sua emancipação do município de Tarumirim ocorreria cinco anos mais tarde, em 1948, por meio da Lei nº 336, sendo fundado em 19 de março de 1949 (BARBOSA, 1995; TUMIRITINGA, 2016).

⁷ Outra denominação dada à parada da estação ferroviária é, de acordo com Barbosa (1995), “Pé de Estribo”.

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Tumiritinga está situada corresponde a 498,58 Km², pertencendo à Mesorregião do Vale do Rio Doce e à Microrregião de Governador Valadares (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 22,7° C.

Seus municípios limítrofes são: Conselheiro Pena, Galiléia, Governador Valadares, Capitão Andrade e Itanhomi (MINAS GERAIS, 2016). O município possui, além da sede, o distrito de São Geraldo do Tumiritinga (BARBOSA, 1995).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Tumiritinga em 2016 era de 6.705 habitantes e sua densidade demográfica de 12,62 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Tumiritinga foi de 0,83%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010 a população do município registrou taxa média anual de crescimento negativa (-0,77%). Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 66,46% em 2000, teve aumento pouco expressivo em 10 anos, passando para 68,7% em 2010. Aumento também pouco significativo pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29%. Verifica-se, porém, o deslocamento contínuo da população pertencente às áreas rurais para a zona urbana tanto no município como no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização - Tumiritinga e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Tumiritinga	População urbana	63,19	66,46	68,70
	População rural	36,81	33,54	31,30
Minas Gerais				
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Tumiritinga era composta por 50,8% de homens e 49,2% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Tumiritinga, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 46,41%, em 1991, para 22%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (2,48%, em 1991, para 9,06%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 4,01% da população de Tumiritinga possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Tumiritinga possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁸, observa-se que em Tumiritinga, no ano 2000, a razão de dependência foi de 63,38%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 60,25%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 11,11% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Tumiritinga e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
Tumiritinga	Razão de dependência	72,03%	63,38%	60,25%
	Taxa de envelhecimento	6,63%	7,80%	9,34%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Especialmente no ano de 2010, identifica-se diferenças entre os valores atribuídos a Tumiritinga e a Minas Gerais, sobretudo na razão de dependência.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso ao município de Tumiritinga se dá pela via terrestre, sendo seu principal meio o rodoviário. Identificou-se que o município conta com “ponto de ônibus da lanchonete”⁹

⁸ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

⁹ Endereço: Rua Ceará, Centro. CEP: 35125-000.

como o seu terminal rodoviário. De administração privada, o ponto se encontra em bom estado de conservação.

Tumiritinga é atendida pela BR-116. O município está situado a 376 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (Minas Gerais, 2016), encontrando-se próximo a cidades como Conselheiro Pena (34 Km) e Governador Valadares (53 Km). O transporte intermunicipal é realizado pela empresa Viação Suassuí (PRÁXIS, 2016).

O município também pode ser acessado por meio ferroviário, uma vez que conta com Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas¹⁰. Já os serviços aeroviários mais próximos encontram-se no município de Governador Valadares, no Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Tumiritinga conta com as empresas Claro, Tim e Vivo como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e, as principais vias de acesso ao município de Tumiritinga.

¹⁰ Endereço: Praça João Luiz Costa, Centro, CEP: 35125-000.

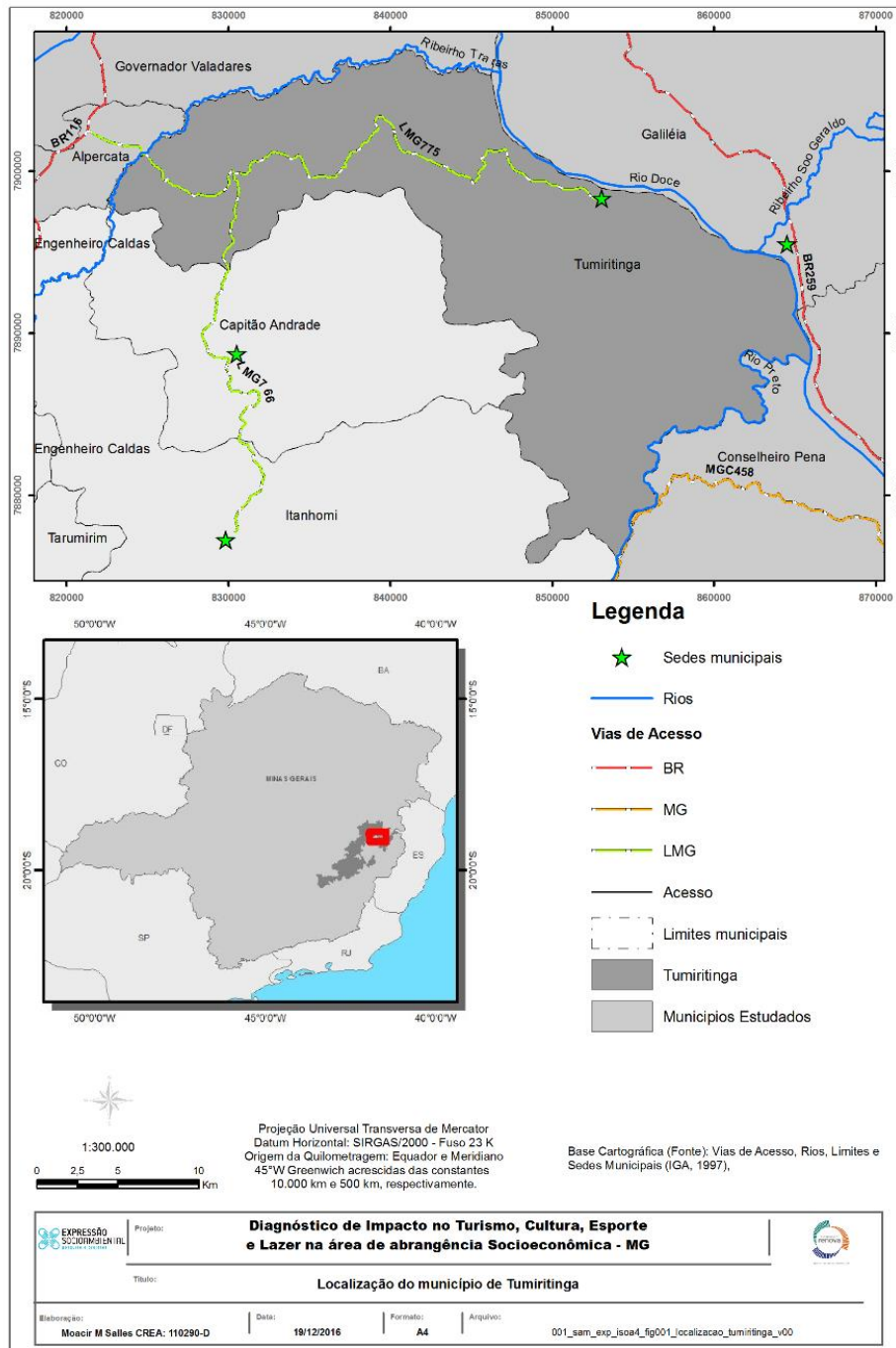


Figura 6 Mapa de localização do município de Tumiritinga

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (Atlas Brasil, 2016).

Em relação ao IDHM de Tumiritinga, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,268 do IDHM total, 0,151 do IDHM longevidade, 0,131 no IDHM renda e 0,342 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Tumiritinga e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Tumiritinga	0,358	0,468	0,626	0,676	0,723	0,827	0,484	0,546	0,615	0,140	0,260	0,482
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Tumiritinga foi de 0,626 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado dos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,140 para 0,482. O índice referente a longevidade merece destaque, alcançando 0,827 pontos em 2010, estando em patamar muito similar ao índice do estado de Minas Gerais (0,838).

No entanto, observa-se que o IDHM de Tumiritinga manteve-se constantemente abaixo do registrado em Minas Gerais.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Tumiritinga, é possível identificar que o PIB do município se comportou de modo ascendente no período de 2011 a 2013, destacando-se o salto de 3,4%, entre 2011 e 2012, para 12,5%, entre 2012 e 2013 (Práxis, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 6,2% no período 2011-2013, sendo esta superior à do estado de Minas Gerais que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Tumiritinga cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - Tumiritinga e Minas Gerais (2010 – 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Tumiritinga	44.233	2,7	45.733	3,4	51.464	12,5
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$7.680,00, em 2010, e R\$10.170,00, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

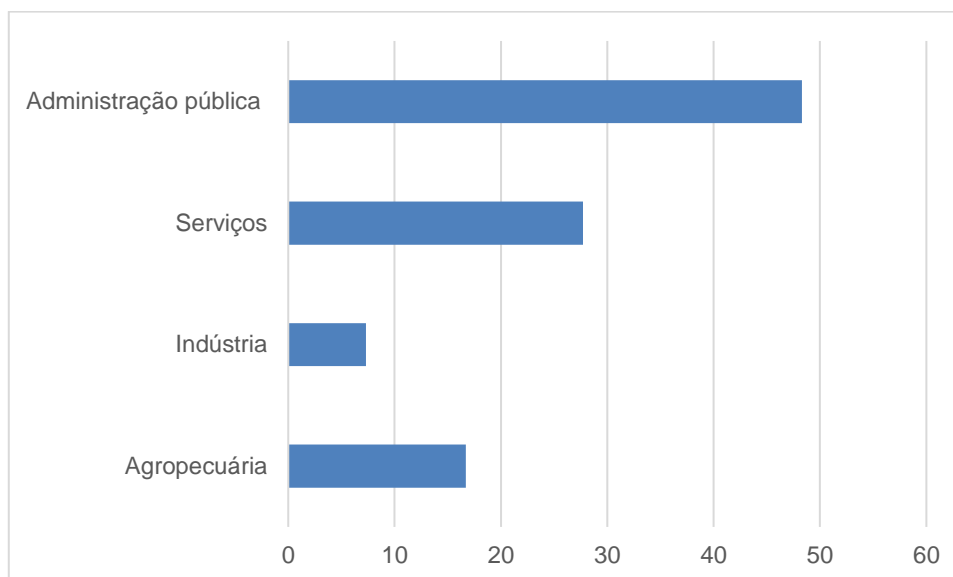
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Tumiritinga encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 27,7% e 48,3%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Tumiritinga



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 7,3% e 16,7%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Para ambos, portanto, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Tumiritinga possuía 1.352 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 1.679 no ano de 2010, indicando um crescimento pouco significativo. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Tumiritinga e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Tumiritinga	1.352	1.679
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 60 empregos em 32 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 83 pessoas em 4 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 173 pessoas em 2 estabelecimentos (DATA VIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Não foram identificadas informações referentes à legislação urbanística municipal por meio de dados primários ou secundários.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Tumiritinga. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas¹¹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Tumiritinga para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

A partir do inventário de oferta turística realizado em Tumiritinga foi identificado um total de 32 bens, serviços e atrativos. O município possui poucos atrativos turísticos, assim como uma pequena estrutura de serviços nesse setor.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística - Tumiritinga

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	20
Equipamento de hospedagem	2
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	7

¹¹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Transporte	1
Locais/templos de manifestação de fé	10
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	0
Equipamentos Culturais	2
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	1
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Atrativos	1
Atrativo natural	0
Atrativo cultural	1
Diversidade Cultural	2
Grupos Culturais	1
Calendário Cultural	0
Gastronomia	1
Total	32

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

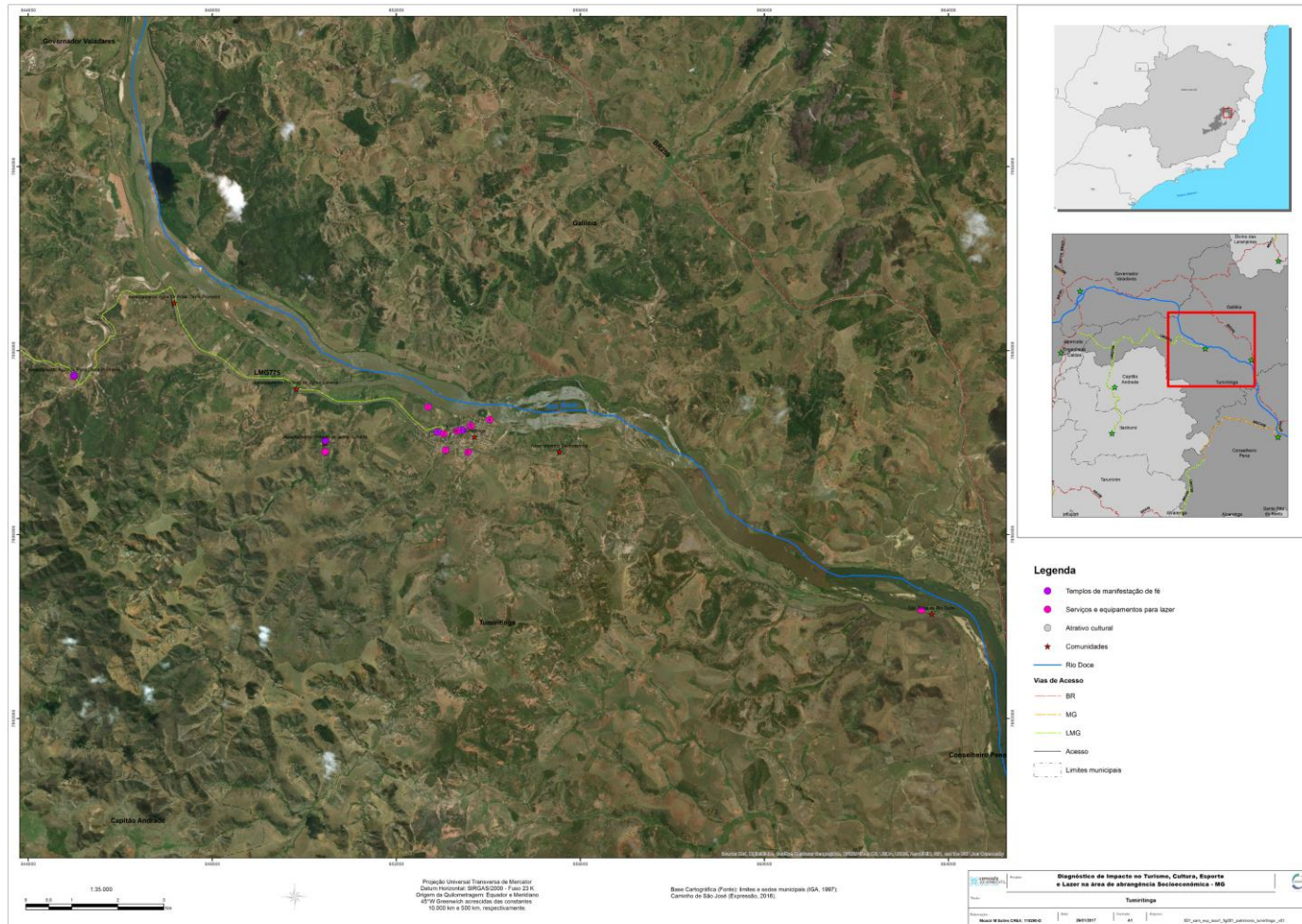


Figura 7 Mapa dos bens identificados em Tumiritinga

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

Estudos apontam para a impossibilidade de se fomentar o turismo sem a participação do poder público, seja ela direta ou indireta, especialmente quando se trata da dimensão de sustentabilidade de tal atividade. Nesse sentido, verifica-se que em Tumiritinga a participação se mostra incipiente. Isso porque, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, não há órgão responsável pela gestão de políticas públicas de turismo.

Ademais, o município se mostra carente de planos e ferramentas de planejamento e gestão do turismo, não dispondo, por exemplo, de Plano Municipal de Turismo. Segundo a SETUR/MG (2014), o Plano Municipal de Turismo – PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com Conselho Municipal de Turismo que será o elo entre a política

estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT estabelece um horizonte de planejamento de quatro anos, a ser revisto com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Tumiritinga possui uma única instância de participação e controle social da política municipal de turismo, o Conselho Municipal de Turismo. Instituído em 2014, o referido Conselho possui representação paritária, caráter deliberativo e encontra-se em atividade. Segundo a SETUR, o Conselho é o principal mecanismo que visa a participação social nas decisões sobre os rumos da atividade turística do município, inclusive na elaboração do PMT.

Por outro lado, o município não estabeleceu a sistemática de realização de Conferência Municipal de Turismo como procedimento e instrumento de diálogo com a sociedade civil. Tumiritinga também não dispõe de sistema de informações e indicadores de turismo para planejar, monitorar e avaliar a gestão dessa política. A inexistência desses indicadores dificulta o estabelecimento de objetivos e metas, bem como a avaliação e o aperfeiçoamento dos mesmos.

A Organização Mundial do Turismo – OMT entende que é de suma importância a parceria entre o Estado e a iniciativa privada. Enquanto a segunda preocupa-se em explorar as atividades lucrativas em curto prazo, negligenciando potenciais impactos sociais negativos, o Estado configura-se como única força capaz de mitigar e corrigir tais distorções (OMT, 2003).

Em Tumiritinga, contudo, não observou-se relação entre o poder público municipal e a iniciativa privada. Ademais, averiguou-se, junto ao gestor público entrevistado, que a infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (tais como hotéis, restaurantes e bancos) é regular.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

Em entrevista realizada com o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desportos, verificou-se que Tumiritinga não dispõe de dotação orçamentária para a execução da política de Turismo. Segundo o entrevistado, os recursos empregados pela prefeitura no fomento às iniciativas no setor são provenientes de orçamento próprio ou parceria com o governo federal.

Salienta-se que, em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Tumiritinga ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios de Minas Gerais possuíam tais políticas.

Os gastos orçamentários de Tumiritinga na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, não representaram nenhuma porcentagem do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Tumiritinga não participa do Programa Nacional de Regionalização do Turismo e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos - CTs, principal instrumento de gestão estadual.

O município também não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de um repasse financeiro mensal, além de estimular a formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

A cidade de Tumiritinga não possui um Inventário de Oferta Turística preliminar. Dessa forma, foi necessário adquirir informações de base para o início da inventariação turística.

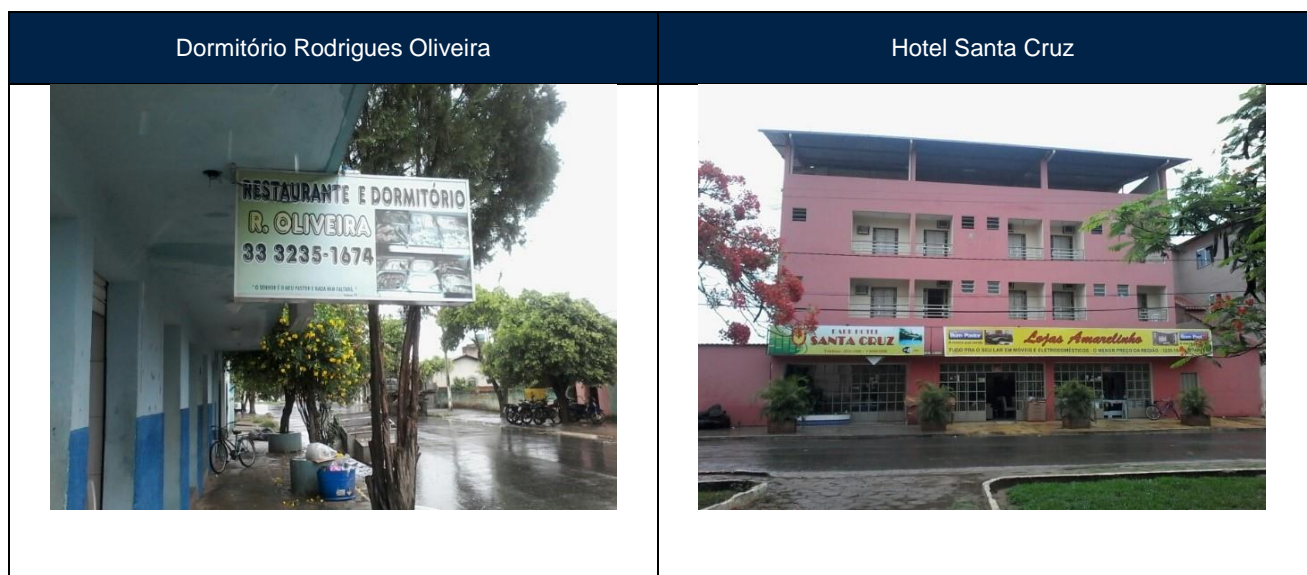
3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Nos manuais do INVTUR, os meios de hospedagem são definidos como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”.

Com base em tal definição, foram inventariados 2 meios de hospedagem, os quais, juntos, dispõem de 50 unidades habitacionais e 110 leitos. Os referidos meios de hospedagem são:

- Dormitório Rodrigues Oliveira;
- Hotel Santa Cruz.

Tabela 8 Equipamentos de hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados sete empreendimentos de refeições, lanches e/ou bebidas que prestam serviços remunerados, a saber:



- Lanchonete e Sorveteria Jampruca;
- Padaria do Bley;
- Pizzaria do Pedaco;
- Lanchonete do Ponto;
- Restaurante Q. Sabor;
- Lanchonete Bom Gosto;
- Restaurante Rodrigues de Oliveira.

Tabela 9 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Tumiritinga

Lanchonete e Sorveteria Jampruca



Padaria do Bley





Pizzaria do Pedaco



Lancheonete do Ponto



Restaurante Q. Sabor



Lancheonete Bom Gosto



Restaurante Rodrigues de Oliveira



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No que diz respeito aos serviços e empresas de transportes, foi identificado apenas um taxista, o Senhor João.

Táxi do Senhor João



Figura 8 Táxi do Senhor João

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Locais e Templos de Fé/Edificações

No âmbito do Inventário Turístico, os locais e templos de fé interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais e sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela união, esses templos são importantes lugares de práticas culturais e revelam a diversidade religiosa. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginárias, telas, indumentárias, decorações, mobiliário, objetos de culto, entre outros.

Os levantamentos em campo possibilitaram inventariar 10 locais e templos de fé, a saber:

- Igreja Cristã Maranata;
- Igreja Metodista;
- Salão do Reino das Testemunhas de Jeová;
- Paróquia Sagrado Coração de Maria;
- Igreja Assembleia de Deus;
- Igreja Batista Aliança de Deus;
- Igreja Presbiteriana de Tumiritinga;
- Igreja Pentecostal Rio de Águas Claras;
- Igreja Católica do Sagrado Coração de Jesus;
- Igreja Evangélica Bom Pastor.

Tabela 10 Locais e templos de manifestação de fé/edificações

Igreja Cristã Maranata



Igreja Metodista



Salão do Reino das Testemunhas de Jeová



Paróquia Sagrado Coração de Maria





Igreja Assembleia de Deus



Igreja Batista Aliança de Deus



Igreja Presbiteriana de Tumiritinga



Igreja Pentecostal Rio de Águas Claras



Igreja Católica do Sagrado Coração de Jesus



Igreja Evangélica Bom Pastor



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.5 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

O levantamento realizado em campo possibilitou identificar um equipamento para a realização de congressos, convenções, exposições, feiras e shows em Tumiritinga: a Praia de Jaó.

Não foram identificados outros serviços e equipamentos utilizados para fins turísticos, ainda que não os tenham finalidade principal.



Figura 9 Espaço para eventos Praia do Jaó

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Atrativos Naturais

No município de Tumiritinga, identificou-se um importante atrativo natural e turístico, o complexo da Praia do Jaó. Abrangendo cerca de 25 mil m², o complexo compreende áreas de eventos de 5 mil m², de preservação ambiental, campo de futebol, camping, área para churrasco, duchas, quiosques, estacionamento e um calçadão de 600 metros de comprimento. A Praia do Jaó faz parte do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais - IPAC.

O conjunto paisagístico formado pela Praia do Jaó, o mirante do Morro da Copasa e a Gruta de Nossa Senhora Aparecida, é tombado em âmbito municipal e se localiza à margem direita do rio Doce, na porção nordeste de Tumiritinga. Trata-se de “local de grande beleza, onde todos utilizam para atividades de lazer e recreação, e recebe turistas de toda parte” (ICMS Patrimônio Cultural, Exercício 2017).

Diversas atividades são ali desenvolvidas, tais como caminhadas, encontros, banhos de rio e pesca. Além disso, o local abriga o festejo de carnaval Carnajaó, que encontra-se entre os

maiores carnavais da região. A festividade é realizada anualmente e atrai milhares de pessoas.



Figura 10 Praia do Jaó

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura

previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura abaixo traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Tumiritinga.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política cultural em Tumiritinga é realizada pela Secretaria de Educação, Cultura e Desportos. Embora a gestora pública entrevistada tenha afirmado que o município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, a informação não se confirma quando contrastada com a relação das adesões ao Sistema Nacional de Cultura no Diário Oficial da União - Coordenação Geral do SNC da Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional do MINC, divulgada em setembro de 2016.

Informou-se também que o município instituiu o Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, iniciativa fundamental para a estruturação em rede dos organismos de gestão da cultura local, estabelecendo suas respectivas funções. A configuração e o funcionamento plenos do Sistema dependem da instituição de todos os órgãos previstos na Lei, devendo conter ao menos, conforme preconizado pelo Ministério da Cultura, órgão executivo, instância de controle social, fundo, conferência e Plano Municipal de Cultura.

No entendimento do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS¹², elaborado pela Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura, articulando ações entre os vários atores que atuam neste campo.

Em Tumiritinga, verificou-se haver o Setor de Cultura e Patrimônio Cultural, sendo este parte da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos. Segundo a gestora pública entrevistada, no período no qual se realizou o levantamento de dados, o município encontrava-se em fase de elaboração do Plano Municipal de Cultura, instrumento que contempla as diretrizes,

¹² O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer... (IMRS, 2016)”.

objetivos, metas, ações e respectivos indicadores de monitoramento e avaliação da execução de tal política.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

O município dispõe de duas instâncias de participação social em atividade: o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Ambos foram instituídos em 2014, tendo representação paritária e caráter deliberativo. Além das supracitadas instâncias, o município realizou Conferência Municipal de Cultura, em 2014, além do envio de representantes para as conferências estadual (em 2014 e 2015) e nacional (em 2015). Tais fatores evidenciam os esforços de alinhamento do município com a política nacional, suas estratégias e procedimentos participativos.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

O município possui Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei nº 888/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 31/2014. O Fundo encontra-se em funcionamento, contando com recursos aportados pelo ICMS Patrimônio Cultural. Segundo a gestora municipal, já foram aprovados projetos com recursos deste fundo, embora a entrevistada não soubesse especificá-los.

A falta de recursos para investimento é uma das principais dificuldades para o desenvolvimento da cultura em Tumiritinga, segundo a entrevistada. Para ela, com os recursos próprios, a prefeitura busca fomentar as atividades culturais no município. Todavia, o investimento desses recursos na política cultural local ficou dificultado em razão da queda, da ordem de 20%, na receita municipal em decorrência, segundo a entrevistada, do Evento.

De acordo com dados do IMRS, o esforço orçamentário da Prefeitura Municipal de Tumiritinga em difusão cultural e preservação do patrimônio cultural em relação ao total das despesas foi de 1% em 2006, passando a 1,6% em 2013. A título de comparação, informa-se que nesse último ano o maior valor desse indicador registrado dentre os municípios de Minas Gerais foi de 13%. Salienta-se que esse esforço orçamentário reflete o grau de

prioridade conferido ao setor de cultura no conjunto das políticas públicas implementadas em âmbito local (IMRS, 2016).

Segundo pesquisa realizada no sítio Fiscalizando com o TCE¹³ – Quadro Comparativo da Despesa Fixada com a Executada – no exercício 2015 foi fixada a despesa na Função Cultura, após atualização, de R\$ 320.145,19, sendo R\$ 64.060,00 para Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e R\$ 241.785,19 para Difusão Cultural. O restante foi destinado à Previdência do Regime Estatutário. Foram liquidados R\$ 163.456,55 e o restante empenhado. O valor da despesa atualizada da Função Cultura representou 1,47% do valor total das despesas atualizadas da Prefeitura de Tumiritinga em 2015.

Já em 2016, o valor fixado e atualizado para a Cultura foi de R\$ 338.483,00. Porém, somente um terço desse valor foi executado: R\$ 107.750,00, enquanto o restante foi empenhado. Ainda neste ano, os recursos executados pelo FUMPAC (apresentados em separado) foram de R\$ 80.000,00 voltados para apoio a festividades e eventos tradicionais.

A Prefeitura Municipal de Tumiritinga também participou, em 2009, do edital do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais, tendo sido contemplada com o valor de 11 mil reais para a execução do projeto de criação do Arquivo Público, cujo objetivo é a recuperação e a manutenção de toda a documentação pública do município (SEC, 2016).

Os esforços empreendidos em política pública de proteção do patrimônio nos últimos anos, ainda que de forma irregular, levaram a um aumento significativo dos valores repassados ao

¹³ Sítio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

município através do programa ICMS Patrimônio Cultural¹⁴: de R\$ 329,11, em 2014, para R\$ 50.486,05, em 2016¹⁵ (FJP, 2016).

Destaca-se, por fim, que o município não dispõe de lei específica de incentivo à cultura.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Como o município de Tumiritinga não tinha sido, até então, objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR, foi necessário coletar dados e informações de base para o início de uma inventariação cultural.

Desse modo, os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo, realizadas pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

O município não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas.

¹⁴ O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

¹⁵ O valor de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

As manifestações culturais locais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em logradouros públicos, a exemplo de praças. Esses são os principais pontos de encontro da comunidade para recreação, lazer, eventos, apresentação de bandas e outras artes.

3.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

O município possui a Biblioteca Pública Municipal José Ferreira de Assis, que se encontra em estado muito bom de conservação. Seu acervo é de aproximadamente 5 mil livros. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, Módulo Cultura 2014¹⁶, realizada pelo IBGE, o município conta com *lan house* e espaço para circo, embora não possua outros espaços para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, tais como museus, arquivos ou centros culturais.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As principais expressões culturais identificadas pela pesquisa realizada em 2016 foram, além das festas religiosas, o Festival do Quiabo e a Cavalgada da Independência, bem como a tapeçaria, a pintura sobre tela, a modelagem em cerâmica fria, a confeitaria e o crochê. Observou-se, ainda, a existência da Fanfarras Municipais.

Segundo as informações fornecidas pelo município ao programa do ICMS Cultural do IEPHA, exercício 2017, fazem parte do patrimônio imaterial no item Ofícios e Modos de Fazer: a produção de doces e chuck, o artesanato em madeira de José Pavuna, a pintura artesanal em tecido de Darci, a pintura em óleo sobre tela de Darci Perez e as esculturas de Jorge Aun.

¹⁶ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

Ainda de acordo com a MUNIC – Módulo Cultura (IBGE, 2014), realiza-se a Feira de Artes e Artesanato na sede municipal. Por outro lado, o município não conta com orquestra, banda, coral (exceto grupos nas igrejas), escola de samba ou bloco carnavalesco.

Dentre os grupos afetos à produção cultural em Tumiritinga, foram identificados a Associação das Doceiras e o grupo de reisado Neca Guimarães. Há, ainda, pescadores que confeccionam tarrafas (redes).

Em relação às celebrações, destacam-se as religiosas e o Carnajaó.

Sobre a gastronomia de Tumiritinga, embora reconheçam o frango caipira com quiabo e o feijão como pratos do cotidiano, não foi possível identificar um produto gastronômico específico. Tradicionalmente, são utilizados a colher de pau e o fogão a lenha.

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural do município se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano:

- Fevereiro: Carnajaó;
- Semana Santa;
- Março: aniversário da cidade;
- Maio: comemorações do mês de Maria;
- Maio ou Junho: Corpus Christi e festa do Sagrado Coração de Jesus (patrono do município);
- Junho: festa Junina;
- Sete de Setembro;
- Outubro: festa de Nossa Senhora Aparecida.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

Em 2013, o município de Tumiritinga, tal como 85,8% dos municípios de Minas Gerais, dispunha de Lei de Proteção do Patrimônio Cultural (IMRS, 2016), a Lei nº 856/2006. Tal legislação é o primeiro passo para a implementação de uma política pública de proteção ao

patrimônio cultural, material e imaterial. Considera-se, pois, a presença desta legislação em Tumiritinga, um diferencial na gestão cultural do município.

O município de Tumiritinga apresenta uma participação ainda irregular na política estadual do ICMS Patrimônio Cultural, implementada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Nos dois últimos exercícios em que participou, sua pontuação foi de 2,6, em 2013, e de 7,44, em 2017, não constando sua participação no exercício de 2015. A título de comparação, a pontuação média dos municípios mineiros no exercício de 2017 foi de 7,83 e a maior pontuação do estado foi a de Mariana, com 58,50.

Além do tombamento municipal do Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó, o município desenvolve um trabalho de inventariação de bens imóveis diversos, tais como capelas, igrejas, residências, escolas, sedes de fazendas, imóveis sem uso, estabelecimentos comerciais, etc. Além disso, são inventariados bens móveis, bens integrados e patrimônio imaterial - ofícios e modos de fazer, celebrações, lugares, arquivos e personalidades.

Consta, ainda, na relação dos bens protegidos o registro federal da Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira, protegido em âmbito federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

3.2.2.5.1 Educação Patrimonial

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto à cidadania, identidade cultural e memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural. Em 2015, o bem escolhido foi a Praia do Jaó.

Projeto Educar/2015

Poesia coletiva do 5º ano da Escola Municipal Laudelina Rodrigues
dos Santos

Prainha do Jaó/Patrimônio Público Cultural

Quem disse que Minas não tem praia?

Venha em Tumiritinga pra conferir

O ponto turístico do nosso município

É a prainha do Jaó que vai curtir.

Venha pra cá que você vai gostar

É na prainha de Tumiritinga que você vai sorrir

Lá tem passeio de barco

E tem local de pesca prá você se divertir.

A Prainha do Jaó é um Patrimônio Público

Você verá muitas riquezas

Um bem natural e único

E também uma beleza.

Tumiritinga tem muitos pontos pra curtir

Você vai se surpreender

Um deles é a praia de água doce

E outras belezas que irá ver

No Carnajaó vem muitos visitantes

Tem cantor, muita festa e diversão

Traga sua família pra festejar

Vai ser a maior curtição.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a

concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Tumiritinga, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

Dentro da estrutura organizacional do município, a gestão de políticas públicas de fomento da área de esporte e lazer é realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de Tumiritinga não desenvolveu Plano Municipal de Esporte e Lazer. Ademais, o município não possui sistema de informações e/ou indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Tumiritinga dispõe de Conselho Municipal de Esporte, tendo sido criado pela Lei nº 935, de 17 de Abril de 2013. O referido Conselho, composto por onze membros titulares, possui representação majoritariamente governamental, caráter consultivo e encontra-se ativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

De acordo com o gestor público entrevistado, Tumiritinga não tem Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer ou legislação de incentivo ao Esporte e/ou ao Lazer.

Em contrapartida, há dotação orçamentária específica destinada a esses setores, ainda que o entrevistado não soubesse informar o percentual do orçamento total da Prefeitura destinado aos mesmos. Ele informou, ainda, que a Prefeitura mobiliza recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas voltadas para o esporte e para o lazer.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer¹⁷” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer”, em 2013, apontou que “os gastos orçamentários de Tumiritinga nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram, conforme indicado nas prestações de contas anuais, 0,1% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 2,4%” (FJP, 2013). Ressalta-se que, no período compreendido entre os anos de 2009 e 2013, foi apresentada uma supressão de 2,3% no gasto orçamentário.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com o levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de Tumiritinga tem participação, registrada nos últimos anos, nos Jogos Escolares de Minas Gerais e nos Jogos de Minas Gerais.

Tomando como referência a pesquisa realizada em novembro de 2016 no município, constatou-se que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no

¹⁷ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

município são: Campeonatos de Futebol e Vôlei (campo, areia e quadra), festas da cidade e Carnaval.

Quanto ao indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”¹², integrante do IMRS, Tumiritinga apresentou índice de 21, em 2012, ficando entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer (FJP, 2013).

Usando como referência o ano base 2015, o município de Tumiritinga teve como pontuação final o valor 24, posicionando-se em 217º no ranking. Diante disso, o município irá receber 0,019% do ICMS total arrecadado, conforme o Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Art. 8º, § 3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar: a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base (ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo) (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui seis espaços de esporte e/ou lazer, os quais, de acordo com os dados e informações levantados, constituem-se em equipamentos destinados à prática de caminhadas, aos encontros sociais, à realização de eventos (a exemplo de campeonatos municipais e regionais de futebol), às festas da cidade e às apresentações artísticas, sobretudo musicais. São eles:

- Estádio Arnaldão;
- Ginásio Poliesportivo Municipal;
- Centro Esportivo de Tumiritinga;
- Clube Park Hotel Santa Cruz;



- Praça Prefeito Leôncio A. de Medeiros;
- Praça Tiradentes.

Tabela 11 Equipamentos de esporte e lazer

Estádio Arnaldão



Ginásio Poliesportivo Municipal



Centro Esportivo de Tumiritinga



Clube Park Hotel Santa Cruz





Praça Prefeito Leôncio



Praça Tiradentes



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao Rio Doce

O Diagnóstico identificou quatro comunidades rurais próximas ao rio Doce no município de Tumiritinga, representadas pela Figura 12, a seguir.

3.3.1 São Tomé do Rio Doce

A comunidade de São Tomé do Rio Doce pertence ao município de Tumiritinga e possui 27 famílias¹⁸. Localizada em frente à sede do município de Galiléia, os moradores da comunidade mantêm estreitas relações com o referido município, onde é possível chegar através da balsa que faz o traslado no rio.

O rio Doce é parte marcante do cotidiano da comunidade, tendo em vista seu uso para atividades de subsistência, tais como irrigação para plantações e pesca. A natação no rio Doce também é uma prática de lazer desenvolvida pela população de São Tomé.

A comunidade conta com campo de futebol, equipamento que propicia diversificação das atividades de lazer, além de Igreja Católica e Igreja Evangélica.

Quanto às manifestações culturais, verifica-se que a comunidade se mobiliza em torno da prática da cavalgada.



Figura 13 Igreja Evangélica em São Tomé do Rio Doce, em Tumiritinga

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

¹⁸ Informações obtidas em: http://lemm.ufes.br/sites/lemm.ufes.br/files/field/anexo/relatorio_1.pdf

3.3.2 Assentamento Cachoeirinha

O Assentamento Cachoeirinha tem sua emissão de posse datada de 1996 e conta com 33 famílias. Está localizado a 2 Km da sede de Tumiritinga e o acesso se dá por estrada vicinal, saindo do município em sentido a Conselheiro Pena. Percorre-se cerca de 1,5 km até a transposição da ponte sobre o Córrego Capivara e, a partir daí, mais 0,5 Km, aproximadamente, até a sede do projeto.

A economia local está baseada na agropecuária, com a utilização das áreas de várzea ao longo do rio Doce¹⁹. A comunidade possui, ainda, um campo de futebol para desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer.

De acordo com entrevista realizada no assentamento, a comunidade costuma usar o rio Doce para atividades de lazer, tais como pesca e natação, além de irrigação dos plantios, que, embora não sejam objeto deste trabalho, refletem o cotidiano e a cultura locais.

Quanto às manifestações culturais, verifica-se que a comunidade se mobiliza em torno da prática da vaquejada.

3.3.3 Assentamento Primeiro de Junho

O Assentamento Primeiro de Junho, criado em 1996, conta com 82 famílias divididas em um coletivo composto por 39 famílias e outro composto por famílias que ocupam lotes individuais. O Assentamento está localizado a 2 Km da sede do município de Tumiritinga, sendo o acesso feito por estrada vicinal, após atravessar a Estrada de Ferro Vitória a Minas, de onde percorrem-se, aproximadamente, 500 metros até chegar à entrada do Assentamento. A principal atividade econômica é a agropecuária, com ênfase na pecuária extensiva e na produção de grãos, principalmente feijão, arroz e milho²⁰.

¹⁹ Informações obtidas em: <http://www.assentamentos.com.br/files/pdfs/PFA%20Cachoeirinha.pdf>

²⁰ Informações obtidas em: <http://www.assentamentos.com.br/files/pdfs/PFA%201%20de%20Junho.pdf>

Tal como outras comunidades ribeirinhas da região, o Assentamento Primeiro de Junho possui estreita relação com o rio Doce, permeada por atividades de lazer e de subsistência, notadamente para a irrigação das plantações. Segundo o entrevistado, é costume dos membros da comunidade montar camping, realizar churrasco, bem como atividades de pesca e natação no rio Doce.

Ademais, outro evento importante para os membros do Assentamento foi a recepção das equipes de caiaque do Fórum das Águas, bem como do assentamento Água da Prata e Terra Prometida. Ambos os assentamentos possuem grande afinidade e relação com as águas do rio Doce.

A maior parte da vida cotidiana da comunidade está associada ao rio, seja em razão de atividades de subsistência – agricultura e pecuária – ou das suas atividades de lazer. A comunidade, assim como outras já citadas, utiliza as margens do rio Doce para a prática de pesca, natação, futebol nos bancos de areia das margens, além de camping e churrascos.

Quanto às manifestações culturais, verifica-se que a comunidade utiliza as águas do rio no ritual religioso referente ao batismo evangélico.

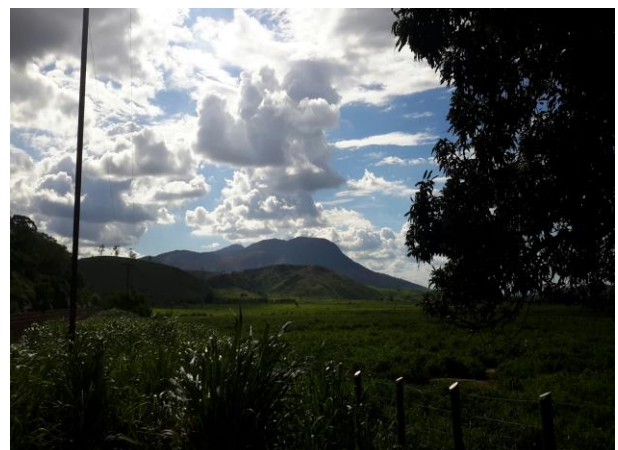


Figura 14 Assentamento Primeiro de Junho, em Tumiritinga

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3.4 Assentamento Águas da Prata e Terra Prometida

O assentamento Águas da Prata e Terra Prometida possui grande afinidade e relação com as águas do rio Doce. A maior parte da vida cotidiana da comunidade está associada ao rio, seja em razão de atividades de subsistência – agricultura e pecuária – ou das suas atividades de lazer.

A comunidade, assim como outras já citadas, utiliza as margens do rio Doce para a prática da pesca, natação, futebol nos bancos de areia das margens, além de camping e churrascos. Ademais, a comunidade utiliza o rio para práticas religiosas, como o batismo atinente à Igreja Evangélica, a cavalgada e o cortejo marítimo que ocorre em comemoração ao dia de Nossa Senhora Aparecida.

3.4 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi elaborado por meio de pesquisas no principal sítio de busca da internet, o google²¹. Para isso foram adotadas taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²². As taxonomias utilizadas foram: I) Tumiritinga E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Tumiritinga E barragem.

Para Tumiritinga, a utilização das taxonomias gerou inúmeros resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. O quadro abaixo apresenta a compilação das informações resultantes desta pesquisa e da avaliação de impacto sobre a imagem do município.

²¹ goo.gl/46bXSx

²² O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

Tabela 12 Clipping de notícias de Tumiritinga

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Lama de barragens tem previsão de chegar ao ES na segunda-feira	06/11/2015	G1	goo.gl/nztDDURL	Nacional	Negativo
Atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco ocupam ferrovia da Vale em Tumiritinga	22/02/2016	MAB Nacional	goo.gl/03HS8m	Nacional	Negativo
Lama de rompimento de barragens contamina água da região	09/11/2015	Globo.com / Jornal Hoje	goo.gl/109Uso	Nacional	Negativo
Manifestantes bloqueiam Ferrovia da Vale em Tumiritinga, Leste de MG	14/11/2015	Globo / Inter TV	goo.gl/3l4j83	Regional	Negativo
Rompimento de barragem deixa 35 cidades mineiras em situação de emergência	23/11/2015	R7	http://noticias.r7.com/minas-gerais/queda-de-barragem-em-minas	Nacional	Negativo
Onda de lama avança pelo município de Tumiritinga (MG) em direção ao ES	10/11/2015	Século Diário	goo.gl/pU5brB	Nacional	Negativo
Efeitos de rompimento de barragem da Samarco, em Minas, podem chegar ao ES	06/11/2015	ES Hoje	goo.gl/FCHxf7	Regional	Negativo
Onda de lama ameaça com enchentes 15 cidades de MG e ES	06/11/2015	UOL Notícias	goo.gl/RdqeJR	Nacional	Negativo

Mariana vê avalanche de solidariedade após rompimento de barragem	14/12/2015	Jornal Estado de Minas	goo.gl/QEMKf1C	Regional	Negativo
Manifestantes interrompem ferrovia em Tumiritinga contra Samarco	20/02/2016	Jornal Estado de Minas	goo.gl/gzimeM	Regional	Negativo
Falta d'água ainda castiga cidades no Leste de Minas Gerais por causa do Rio Doce	19/11/2015	Jornal Estado de Minas	goo.gl/tUr7qB	Regional	Negativo
Onda de lama de barragens deve chegar ao Espírito Santo	07/11/2015	Exame.com	goo.gl/Wbuc0gopy s	Nacional	Negativo
CBH-Doce e prefeitos dos municípios impactados pelo rompimento das barragens se reúnem em Valadares	29/12/2015	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	goo.gl/pZeY5V	Regional	Negativo
Cemig e Copasa se mobilizam para atender região afetada	12/11/2015	Agência Minas	goo.gl/7v0RNh	Regional	Negativo
Galeria de fotos mostra a lama no Rio Doce, dias após o rompimento da barragem de Mariana (MG)	05/11/2016	Salvem o rio	goo.gl/H25EGR	Nacional	Negativo
População será indenizada pelo desabastecimento de água do Rio Doce	26/10/2016	Hoje em Dia	goo.gl/o6uJmT	Regional	Negativo
Prefeituras reclamam de falta de orientação da Samarco	27/11/2015	Terra	goo.gl/m84Zj9	Nacional	Negativo

Lama de barragens avança pelo rio Doce e provoca morte de peixes em massa	16/11/2015	Gazeta do Povo	goo.gl/1Y2U8X	Regional	Negativo
Após rompimento de barragem três municípios do Espírito Santo podem ser atingidos por enchentes de lama	06/11/2015	Folha Vitória	goo.gl/uh1t0F	Regional	Negativo
Esperanças em encontrar sobreviventes estão diminuindo, diz governador de MG	08/11/2015	ZH Notícias	goo.gl/Zkrzye_	Regional	Negativo
Abastecimento em Galileia e Tumiritinga	18/11/2015	Samarco	goo.gl/na5m7m	Nacional	Negativo
Moradores de Tumiritinga protestam contra o abastecimento de água tratada do Rio Doce	11/01/2016	TV Alterosa	goo.gl/rpUYnu	Regional	Negativo
Expedição rastreando o rio doce passa pela cidade de Tumiritinga/MG		Rastreando o Rio Doce	goo.gl/a5WQsD	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

As notícias encontradas se referem aos mais diversos temas, destacando-se os problemas relacionados ao abastecimento de água após o Evento. De modo geral, as reportagens mencionam Tumiritinga em listagens nas quais constam uma série de municípios.

No sítio eletrônico do MAB Nacional²³, a notícia “Atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco ocupam ferrovia da Vale em Tumiritinga”²⁴ informa sobre a ocupação da linha férrea pertencente à empresa Vale, por moradores de Tumiritinga, no começo do ano de 2016, em trecho localizado no município. A reivindicação dos moradores estava associada ao abastecimento de água mineral na região, destacando-se que a população padece com as consequências do Evento.

Entre elas, a matéria pontua que os agricultores não possuem mais condições de irrigar suas terras, afetando a produção e, por conseguinte, seu sustento. Por outro lado, verifica-se o acompanhamento que tem sido dado pela Samarco, que realizou reuniões na localidade para apresentar laudos atestando a qualidade de água. Ainda assim, enfatiza-se que a população está “insatisfeita com a postura das empresas donas da barragem”.

O sítio Século Diário²⁵, por sua vez, publicou reportagem denominada “Onda de lama avança pelo município de Tumiritinga (MG) em direção ao ES”. Nela, Tumiritinga é mencionada como um dos municípios que receberam “os primeiros sinais da onda de lama das duas barragens da Samarco-Vale”.

Já a matéria “Galeria de fotos mostra lama no rio Doce dias após o rompimento da barragem de Mariana (MG)”²⁶, recorda a passagem de um ano do Evento e apresenta imagens, de novembro de 2015, das localidades atingidas. O município de Tumiritinga foi fotografado, tal qual pode ser observado na Figura 15, abaixo.

²³ Movimento dos Atingidos por Barragens.

²⁴ goo.gl/03HS8m

²⁵ goo.gl/pU5brB

²⁶ goo.gl/H25EGR

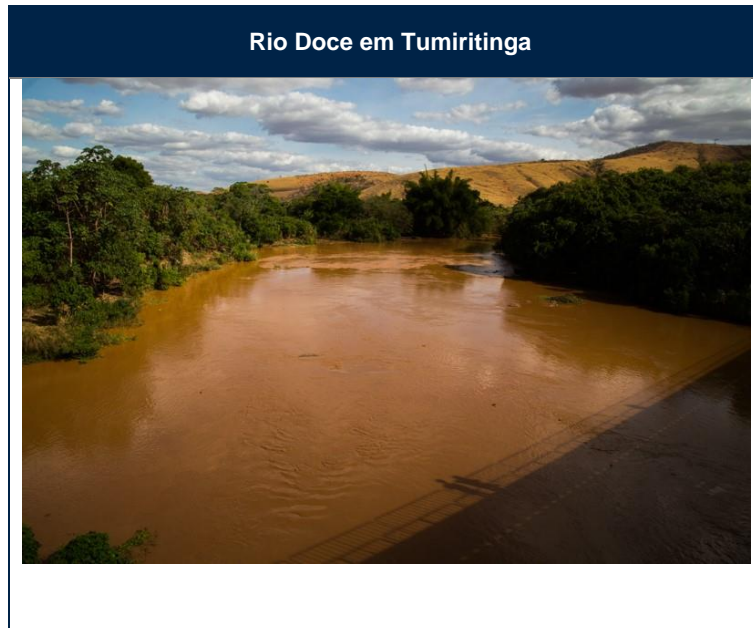


Figura 15 Rio Doce em Tumiritinga

Fonte: Fotografia tirada em novembro de 2015 por Leonardo Sá e publicada no sítio Salvem o Rio. Disponível em: goo.gl/H25EGR.

Outra matéria que apresenta imagem diretamente ligada ao município de Tumiritinga é “Expedição rastreando o rio Doce passa pela cidade de Tumiritinga/MG”, publicada pelo sítio Rastreando o rio Doce²⁷. Nela, salienta-se que a praia do Jaó, principal ponto turístico do município, foi atingida pela lama. Afirma-se ainda que o fato de a Praia não ter sido até o momento reconstituída, gera prejuízos para as atividades de comerciantes locais. A Figura 16, abaixo, apresenta manifestação de moradores locais em defesa do turismo na Praia Jaó.

²⁷ goo.gl/a5WQsD



Figura 16 Comerciantes da Praia do Jaó protestam em Tumiritinga.

Fonte: Sítio Rastreado o Rio Doce. Disponível em: goo.gl/a5WQsD.

Dentre as notícias compreendidas pela amostra 11 foram publicadas por veículos de alcance nacional, enquanto 12 são de alcance regional. Entre as notícias veiculadas em sítios, verifica-se que quatro foram por grandes portais eletrônicos, a saber: G1, Globo.com, UOL e Terra. O sítio da revista Exame, veículo amplamente conhecido no país, também publicou notícia associando o município de Tumiritinga ao Evento.

Salienta-se que, embora o sítio do MAB Nacional não possa ser comparado aos grandes portais, as ações do Movimento ganharam expressivo destaque em termos de esforços de mitigação dos efeitos do rompimento da barragem de Fundão e, especialmente, de responsabilização da Samarco. Nesse sentido, deve-se considerar a fundamentação do conteúdo crítico desta notícia, que enfatiza os problemas associados ao abastecimento da água e as conseqüentes repercussões para a produção agrícola e para os moradores da zona rural de Tumiritinga.

Ademais, do total de notícias da amostra, sete registram o nome do município em seu título. Dessas sete matérias, quatro são de abrangência nacional e três de abrangência regional. O nome de Tumiritinga figurar no título das notícias reforça a sua associação com o Evento e, portanto, o impacto sobre a sua imagem. Reitera-se que a maior parte desses casos constam em veículos de alcance nacional. Finalmente, duas das notícias apresentam imagens relacionadas diretamente ao município.

de expressividade, abrangência e duração sobre a imagem de Tumiritinga naquilo que se refere ao Evento.

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Tumiritinga é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²⁹, um acervo digital colaborativo destinado especificamente a temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções relevantes e recentes. Além disso, sendo a Conectas³⁰ e a Onda Política³¹ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³² com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³³, que conta com artigos, experimentos, relatórios e base de dados.

Na Tabela 13, abaixo, é possível observar que o município de Tumiritinga foi mencionado em duas publicações do recorte. Em “PoEMAS³⁴ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana

²⁹ goo.gl/hBGDKp

³⁰ goo.gl/BcEHVc

³¹ goo.gl/x1VYhC

³² Organização Não Governamental

³³ Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

³⁴ Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

(MG) – relatório final³⁵, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são apresentadas de modo a promover a reflexão acerca da atividade mineradora no Brasil³⁶.

Tabela 13 Síntese de citações

Município de Tumiritinga		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Sim
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto

³⁵ PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

³⁶ Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o Evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁷.

No documento, observa-se que a primeira menção a Tumiritinga consta em uma listagem³⁸. Nela, descrevem-se os municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento. Em outra menção, pontuam-se as divergências existentes entre os pareceres institucionais quanto à presença de rejeitos na água do Rio Doce³⁹.

Por fim, destaca-se o relato de um agricultor familiar residente na zona rural do município⁴⁰, no qual ele afirma: “A gente precisa muito do Rio Doce, e agora a gente não sabe o que fazer, se a gente pode pôr a água para a criação beber, se a gente pode irrigar um pasto ou molhar a plantação [...]”⁴¹. O mesmo relato está presente em outra referência na qual Tumiritinga foi citada, qual seja, “POEMAS | Pedras de sangue e choro maculam a vertente”⁴².

³⁷ goo.gl/Ry1Shs

³⁸ Página 55.

³⁹ Página 62.

⁴⁰ Página 70.

⁴¹ O agricultor reside no assentamento Cachoeirinha, situado na zona rural de Tumiritinga e mencionado também em algumas das notícias levantadas pelo clipping.

⁴² Página 48.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

Tumiritinga possui uma das principais praias de água doce da região, a Praia do Jaó, que está situada às margens do rio Doce. Durante o levantamento realizado em campo, a infraestrutura de equipamentos e receptivos no município (tais como hotéis, restaurantes e bancos) foi caracterizada como regular.

Desse modo, é possível destacar que as principais potencialidades e fragilidades identificadas em Tumiritinga foram:

- Localização demasiadamente próxima e relação muito estreita com o rio Doce;
- A população local é sensibilizada e mobilizada para o turismo;
- Pequena infraestrutura para o turismo, mas capaz de atender à demanda atual;
- A maior parte das atividades voltadas ao turismo está intrinsecamente ligada ao rio Doce. Assim, qualquer alteração nesse ambiente impacta diretamente a maior parte do trade turístico local.

4.2 Cultura

O município vem empreendendo esforços no sentido de estruturar a gestão da sua política cultural, em consonância com o Sistema Nacional de Cultura. A instituição dos elementos básicos do Sistema Municipal de Cultura – órgão executivo, conselho e fundo – e o desencadeamento do processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura evidenciam tais esforços. Todavia, o município precisa avançar na estruturação da gestão cultural, sobretudo em termos da instituição de mecanismos republicanos de fomento à cultura.

Conforme exposto no diagnóstico, Tumiritinga vem realizando ações de preservação do patrimônio cultural local, inclusive de educação patrimonial, no programa do ICMS Patrimônio Cultural, as quais resultam em repasse de recursos ao erário municipal. Por outro lado, o município não dispõe de equipamentos suficientes e adequados para abrigar sua memória cultural e fomentar a produção cultural local.

Pelo exposto e analisado, considera-se fundamental que o município continue envidando esforços no sentido da estruturação de seu Sistema Municipal de Cultura e de sua política de proteção ao patrimônio cultural, de forma a incrementar e fortalecer a ação cultural local, garantindo a democratização da cultura e a preservação dos bens culturais para a população de Tumiritinga.

4.3 Esporte e Lazer

Tumiritinga apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e para o lazer. A ausência de órgãos municipais que sejam nomeadamente voltados para tais setores evidencia que os mesmos não se constituem em prioridade no programa do governo local.

O gestor público entrevistado informou haver dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, ainda que não tenha identificado o percentual destinado à promoção, fomento e apoio ao esporte e lazer. Em contrapartida, foram encontradas informações quanto à participação deste município em dois programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos de Minas Gerais e Jogos Escolares de Minas Gerais.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se ativo. Isto proporcionou a participação do município no programa estadual “ICMS Solidário – Critério Esportivo”, o qual permitiu, conseqüentemente, o investimento financeiro extra em atividades esportivas.

Além disso, a inexistência de um Fundo Municipal de Esportes e de um Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, embasam a fragilidade na gestão da política voltada para o esporte e o lazer.

Entretanto, o representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para o município, pois através dele é possível evitar que os jovens entrem no mundo das drogas. O esporte é visto como possibilidade de crescimento em uma cidade pequena, sendo, ainda, por meio dele conferida a maior representatividade de lazer. Nesse sentido, o entrevistado entende que as equipes de futebol e de vôlei do município são as maiores potencialidades

de Tumiritinga no âmbito esportivo. Contudo, a falta de recursos financeiros foi citada como a principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O gestor afirmou, ainda, que o lazer também é muito importante para o desenvolvimento social e econômico do município. Ele ressalta que as pessoas da terceira idade que não podem praticar atividades físicas de maior impacto, a exemplo de atividades esportivas, fazem exercícios e passeios ao ar livre, entre outras atividades de lazer.

De acordo com as suas percepções, as estruturas e equipamentos de lazer de Tumiritinga, tais como as praças, as quadras e a Praia do Jaó, são consideradas as maiores potencialidades de lazer no município.

Ainda de acordo com o entrevistado, a ação prioritária que pode ser desenvolvida no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer é a viabilização de equipamentos para a realização de práticas esportivas, principalmente para os jovens. Tal ação visaria o combate às drogas, cujo consumo encontra-se expressivo em Tumiritinga, ainda segundo o entrevistado.

Além disso, para a valorização e fomento de ações locais voltadas para o esporte e o lazer, faz-se necessária uma reestruturação das prioridades da política municipal, capacitação profissional dos agentes públicos e mais investimento neste setor através de programas e projetos que tenham como principal objetivo proporcionar qualidade de vida para a população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 14.

Tabela 14 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 15 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 18 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 18 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura abaixo, a seguir:

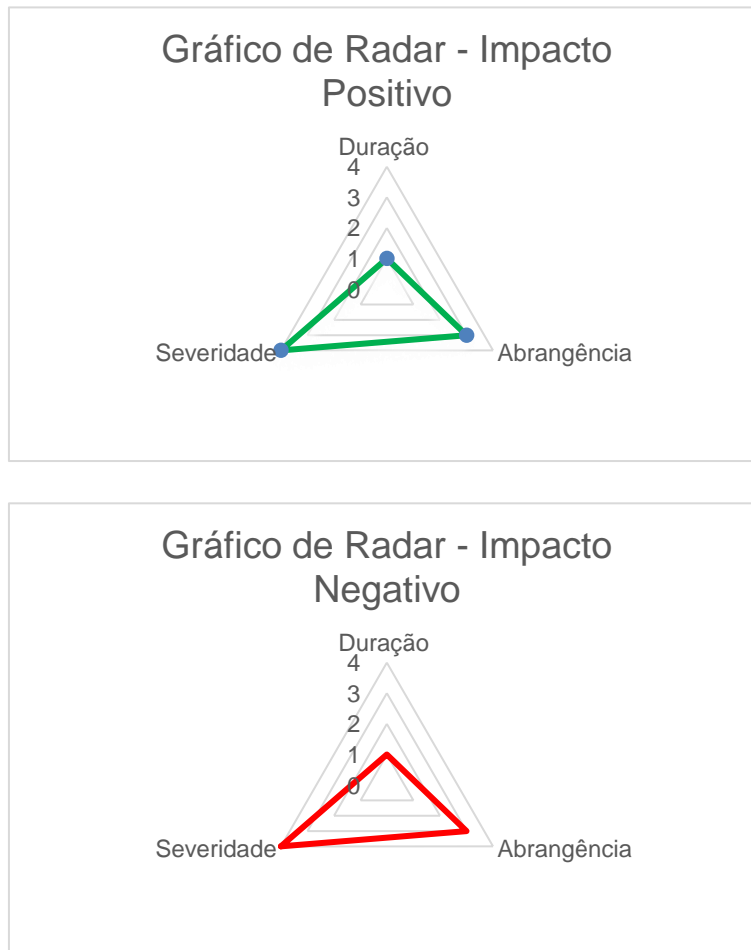


Figura 19 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 20 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

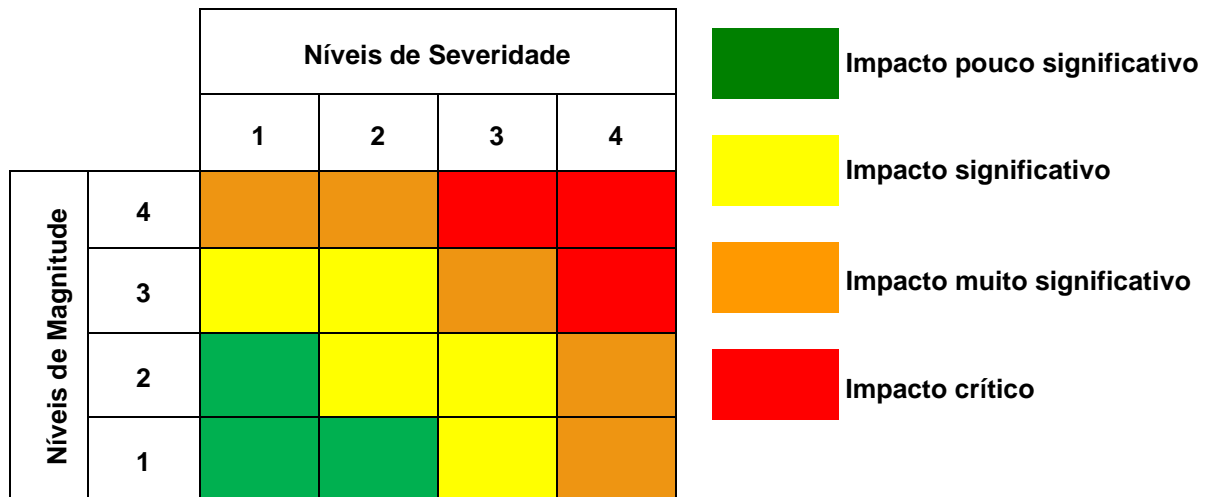


Figura 20 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.



- c) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- d) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;



- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.



Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.



5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

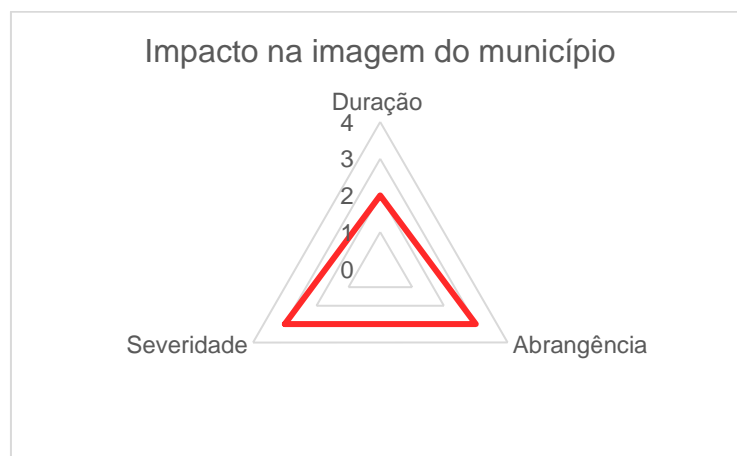
5.2.1 Impacto na Imagem do Município após o Evento

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão nos níveis regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Esse conjunto de comunicações midiáticas e de produções científicas repercutiu sobre a imagem de Tumiritinga, conforme se pode verificar por meio da análise procedida a partir da montagem de um clipping de notícias e de um recorte amostral de artigos científicos.

Este impacto é considerado negativo, direto, de média duração (2), considerando que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre a imagem deste. A severidade do impacto foi considerada como média (2), em função da quantidade de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento com a vinculação do nome do município.

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função dessas características, este impacto foi classificado como significativo.

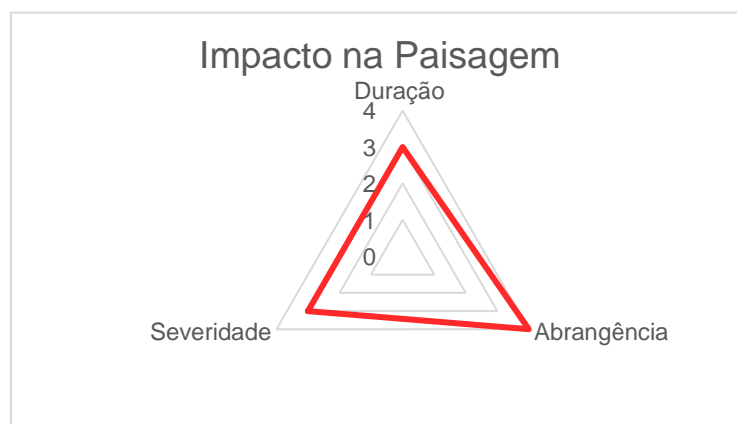
5.2.2 Impacto na Paisagem

O Evento gerou impacto na paisagem do município de Tumiritinga às margens do rio Doce, o qual serve como importante ponto de referência para as comunidades ribeirinhas locais, na sede do município, bem como regionalmente.

Durante as entrevistas realizadas, foi comum as pessoas se referirem à tristeza em relação a ver a situação do rio e alguns chegaram a afirmar que muitos membros das comunidades não se aproximam mais do rio, em função do visual que este apresenta atualmente.

Este impacto é considerado negativo, direto, de longa duração (3), tendo em vista que a recuperação desta área deverá durar um período superior a cinco anos, e de abrangência regional (4), uma vez que incide sobre os turistas provenientes de outros municípios. A severidade do impacto foi considerada como média-alta (3), em função do nível de dependência do município em relação ao desenvolvimento de atividades próximas às suas margens.

Gráfico 3 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto foi classificado como crítico.

5.2.3 Impactos sobre Atrativos Turísticos

5.2.3.1 Praia do Jaó

Segundo o gestor público entrevistado, houve impacto sobre o conjunto paisagístico da Praia do Jaó, principal atrativo turístico de Tumiritinga, a qual se tornou imprópria para o uso desde o Evento.

O espaço era composto por uma praia onde as pessoas podiam se banhar e pescar, um campo de futebol, uma área de camping, área para churrasco, duchas, quiosques, área de eventos, área de preservação ambiental, estacionamento e um calçadão para caminhadas, com 600 metros de comprimento. Diversas festas e eventos de música, carnaval e eventos esportivos eram realizados nesse espaço. O Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó atendia tanto à comunidade local quanto a visitantes da região e turistas em busca de lazer em fins de semana e feriados.

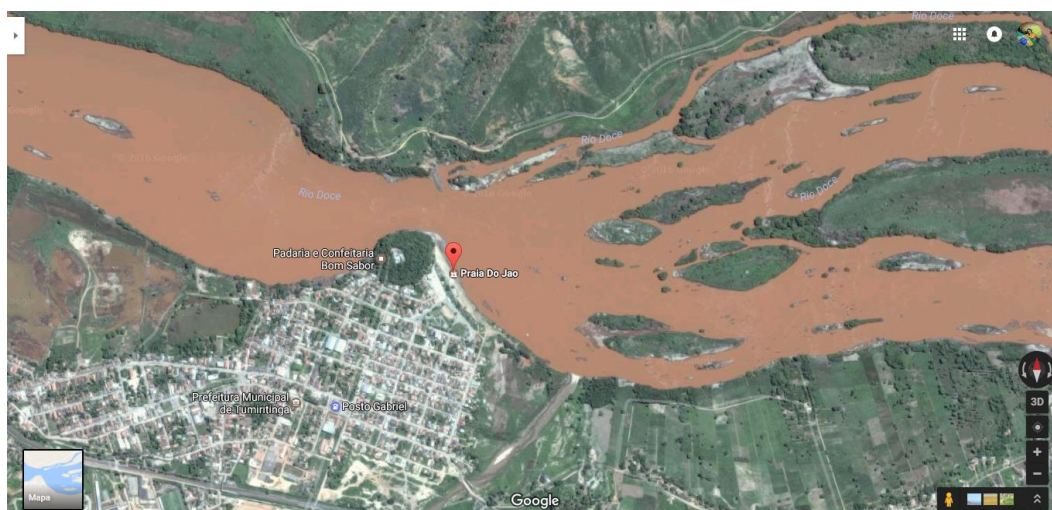


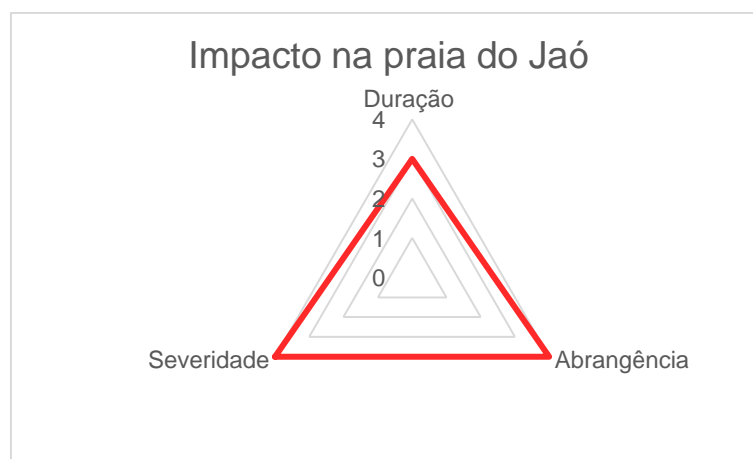
Figura 21 Localização da Praia do Jaó, em Tumiritinga

Fonte: Google Earth, 2016

Portanto, o Evento impactou diretamente este equipamento. Todos os empreendimentos que se localizavam no entorno da praia foram fechados, a entrada de banhistas foi proibida e não há mais pescas e nem pescadores na região da Praia do Jaó. Os impactos afetaram negativamente em 100% a arrecadação dos estabelecimentos comerciais locais, a geração de empregos e as visitas no local. Segundo entrevistas de campo, houve uma intervenção por parte da Samarco a fim de mitigar o problema. Porém, esta não teria sido suficiente, pois a área continua contaminada e a praia, o campo e a praça continuam interditados.

Trata-se, portanto, de um impacto de natureza negativa, diretamente originado do Evento, passível de remediação a longo prazo (3). Além disso, avalia-se que o impacto em tela é de abrangência regional (4), uma vez que afeta o uso da Praia de Jaó por turistas da região, além dos moradores do município. Por essa razão, a severidade deste impacto sobre este recurso natural e equipamento social voltado à prática esportiva é avaliada como alta (4).

Gráfico 4 Impacto na Praia do Jaó



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto é avaliado como crítico.

5.2.4 Impactos sobre Atividades Culturais, Turísticas, de Esporte e Lazer

5.2.4.1 Pesca Amadora

A pesca amadora e esportiva era praticada no município tanto pela população local quanto por turistas, atraídos pela beleza cênica e opções de lazer disponíveis na Praia do Jaó. Entretanto, esta atividade encontra-se proibida na bacia do rio Doce em função de dois fatores: (i) o período de Defeso – Portaria IEF 155/2011; e (ii) o rompimento da barragem de Fundão – Portaria IEF nº 78/2016. Em função dessa proibição, a pesca amadora, praticada por moradores e turistas, foi interdita.

5.2.4.2 CarnaJaó

O rompimento da barragem de Fundão provocou alteração no calendário de eventos do município, em razão da interrupção do abastecimento de água e do impacto na Praia do Jaó. De acordo com o levantamento de dados em fontes secundárias, essa interrupção do abastecimento durou cerca de um mês, compreendendo o período de 05 de novembro a 03 de dezembro de 2015.

Os levantamentos em campo, em novembro e dezembro de 2016, possibilitaram apurar, de modo específico, a alteração do calendário das festividades carnavalescas no município - o CarnaJaó, evento que era realizado na Praia do Jaó, atraindo turistas e a comunidade local.

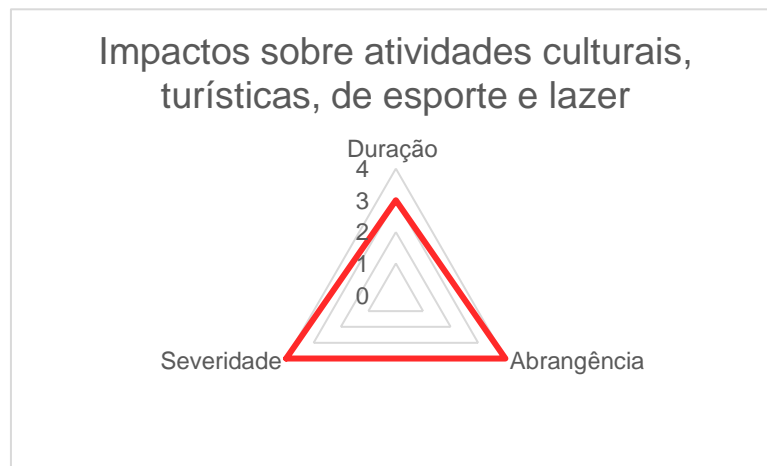
5.2.4.3 Atividades de Esporte e Lazer

De acordo com entrevista realizada pela equipe da Expressão Socioambiental, outras atividades de lazer, tais como natação, atividades náuticas e esportivas, foram completamente interrompidas. A praia continua contaminada e o campo e a praça ali localizados encontram-se interditados, embora a Samarco tenha executado ações de recuperação do local.

✓ Avaliação

Com base no que se expôs acima, referente aos três subitens apresentados, considera-se este impacto como de natureza negativa, diretamente originado do Evento e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de tempo para a recuperação da área com seus atributos e atrativos é superior a 5 anos. Analisa-se, ainda, que este impacto é de abrangência regional (4), considerando que os frequentadores provêm não somente do município, mas da região. A severidade do impacto foi considerada alta (4), visto que a estrutura principal de esporte e lazer e realizações de eventos culturais e festas, está relacionada ao Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó, além de estar relacionada à Pesca Amadora Esportiva que acontecia no rio Doce.

Gráfico 5 Impactos sobre atividades culturais, turísticas, de esporte e lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se como crítica a significância deste impacto.

5.2.5 Alteração de Investimento Financeiro em Atividades Esportivas

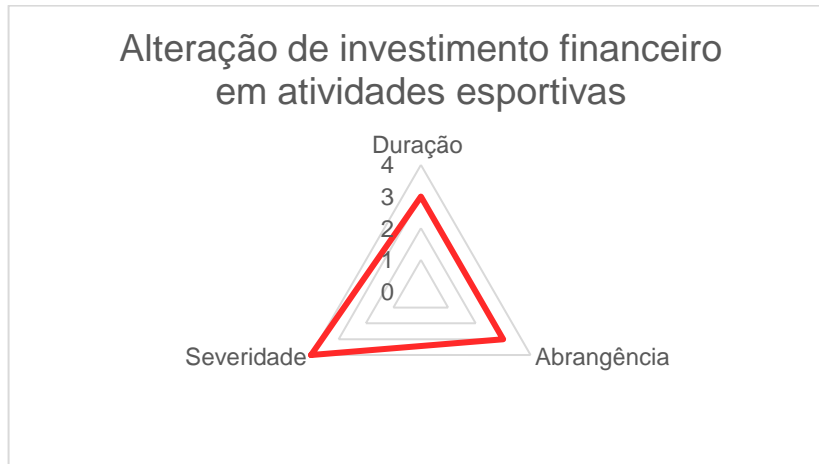
De acordo com o representante municipal entrevistado, houve diminuição na destinação de recursos financeiros do poder público municipal para a execução de políticas, programas e projetos de esporte e lazer em Tumiritinga. Segundo o entrevistado, essa diminuição dos investimentos em esporte e lazer estaria relacionada à diminuição da arrecadação comumente gerada pelos impostos pagos pelos comerciantes locais.

Tal como já mencionado, o comércio do município sofreu forte impacto devido a não realização de eventos na cidade, em função da impossibilidade da continuidade das atividades da pesca amadora esportiva – que eram muito comuns no local e que atraíam visitantes e turistas – e, ainda, pela interdição de acesso ao Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó. Tal interdição afetou e ocasionou o fechamento de empreendimentos localizados no referido espaço.

De acordo com o entrevistado, houve queda de aproximadamente 50% na arrecadação relativa a produtos e serviços de esporte e/ou lazer no município, em decorrência do Evento.

Dessa forma, pode-se dizer que o rompimento da barragem de Fundão impactou indiretamente a economia local, notadamente os segmentos de comércio e serviços relacionados ao esporte e ao lazer e, conseqüentemente, a arrecadação do município. Por isso, os recursos financeiros destinados às políticas e programas de esporte e lazer diminuiram. Trata-se de uma situação remediável em longo prazo (3), visto que o restabelecimento das atividades na Praia do Jaó, a principal estrutura para atividades de esporte e lazer, bem como para a realização de festas e eventos culturais, requererá, estima-se, um período de tempo superior a cinco anos. Sendo assim, avalia-se este impacto como de abrangência municipal (3) e de alta severidade (4).

Gráfico 6 Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características, este impacto é considerado crítico.

5.2.6 Impacto sobre Comunidades

5.2.6.1 São Tomé do Rio Doce

A comunidade São Tomé do Rio Doce foi impactada pelo rompimento da barragem de Fundão em diversas dimensões. Toda comunidade precisou ser retirada do local quando ocorreu o Evento e seus moradores dormiram em barracos feitos de lona, durante uma semana, enquanto o rio não baixava o seu nível. A travessia do rio por meio de balsa também foi interrompida nos primeiros dias após o Evento, dificultando aos moradores a passagem para Galiléia por este meio de transporte. Além disso, a captação da água que se fazia no rio Doce teve que ser substituída pelo abastecimento por caminhão pipa. De acordo com as entrevistas de campo, este abastecimento ainda não é suficiente para atendimento à comunidade. Todos esses acontecimentos alteraram o cotidiano da população local, modificando seus costumes tradicionais.

Quanto ao lazer, desde o Evento, foi relatado que as pessoas não se aproximam do rio Doce e que as praihas (pequenos bancos de areia) onde as pessoas nadavam e pescavam não podem ser frequentadas, tendo em vista que se encontram interditadas.

Após o Evento, ainda, o rio Doce inundou o campo de futebol utilizado pelos moradores para jogar futebol, provocando o surgimento de vários buracos em todo o local e destruindo um vestiário que estava sendo construído.

Alguns membros da comunidade foram contemplados com o cartão de auxílio financeiro por parte da empresa e toda a comunidade com o abastecimento por meio de caminhão pipa. Também foi identificado que a Igreja Evangélica local sofreu avarias na porta, para a qual, segundo o entrevistado, a Fundação Renova realizou cadastro visando realizar conserto.

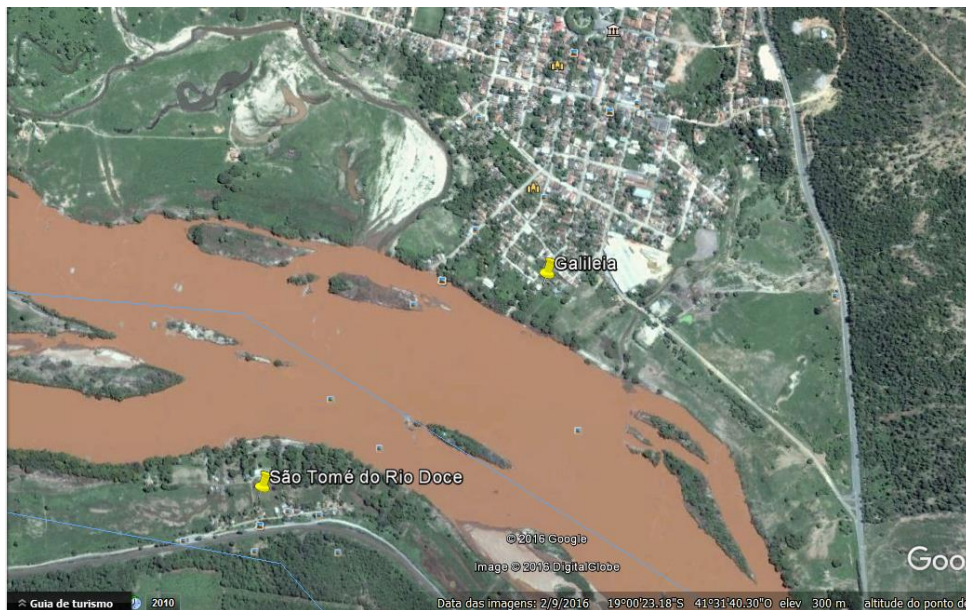


Figura 22 Localização de São Tomé do Rio Doce

Fonte: Google Mapas, 2016

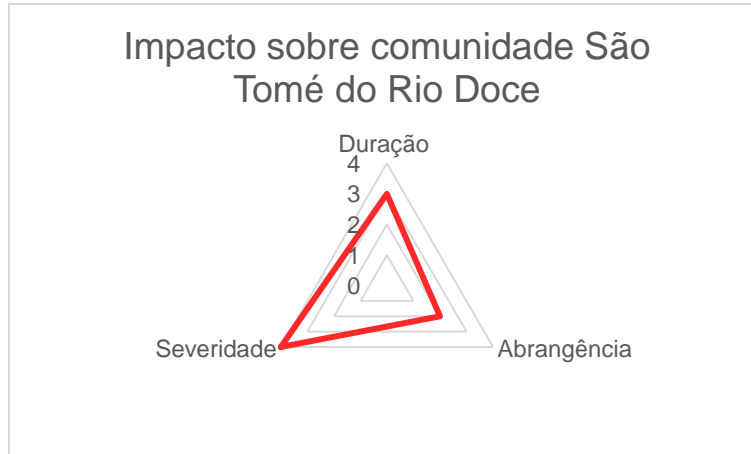


Figura 23 São Tomé do Rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Esses impactos negativos são diretamente decorrentes do Evento e abrangem tão somente a comunidade (2). Tratam-se, ainda, de impactos de longa duração (3), em função da necessidade de recomposição da qualidade ambiental do rio Doce no trecho em questão, o que deverá levar um período superior a 5 anos. A severidade foi avaliada como alta (4), tendo em vista que a comunidade se encontra impedida de acessar o rio para suas práticas de lazer, bem como de acessar o campo de futebol para a prática de esportes. Portanto, a comunidade teve seu cotidiano alterado.

Gráfico 7 Impacto na comunidade São Tomé do Rio Doce



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se este impacto como muito significativo.

5.2.6.2 Assentamento Sem Terra Cachoeirinha

O Assentamento Cachoeirinha localiza-se próximo ao rio Doce e, devido à passagem da lama despejada pelo rompimento da barragem de Fundão, foi impactada em termos das atividades de lazer e dos costumes de sua população. Segundo o entrevistado, a comunidade do Assentamento Sem Terra Cachoeirinha utilizava o rio para a irrigação das plantações, além da realização de atividades de lazer, como nadar e pescar. Devido ao Evento, não foi mais possível utilizar a água para a realização das referidas atividades, o que implicou na alteração dos costumes da população local.

Naquilo que se refere às manifestações culturais, verificou-se que a realização da vaquejada na comunidade foi impactada, uma vez que, embora tenha ocorrido após o Evento, recepcionou menor número de pessoas.



Figura 24 Localização do Assentamento Cachoeirinha

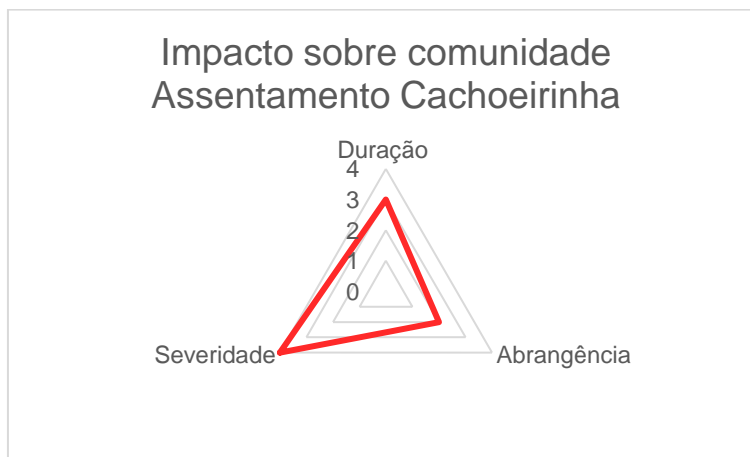
Fonte: Google Mapas, 2016

Embora um dos entrevistados tenha mencionado a concessão de “auxílio do cartão” por parte da empresa, nenhuma outra intervenção com vistas à mitigação dos problemas relacionados às atividades esportivas e de lazer dessas comunidades foi desenvolvida. Além disso, o Evento impactou diretamente a rotina de parte da população.

Esses impactos negativos decorrem diretamente do Evento e abrangem a comunidade (2). Tratam-se de impactos de longa duração (3), considerando que o tempo necessário para a recomposição da qualidade ambiental do rio Doce, estima-se, será superior a 5 anos.

A severidade dos impactos em questão foi avaliada como alta (4), tendo em vista que a comunidade se encontra impedida de acessar o rio para suas práticas de lazer e que teve, portanto, seus costumes alterados.

Gráfico 8 Impacto do Assentamento Cachoeirinha



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se este impacto como muito significativo.

5.2.6.3 Assentamento Primeiro de Junho

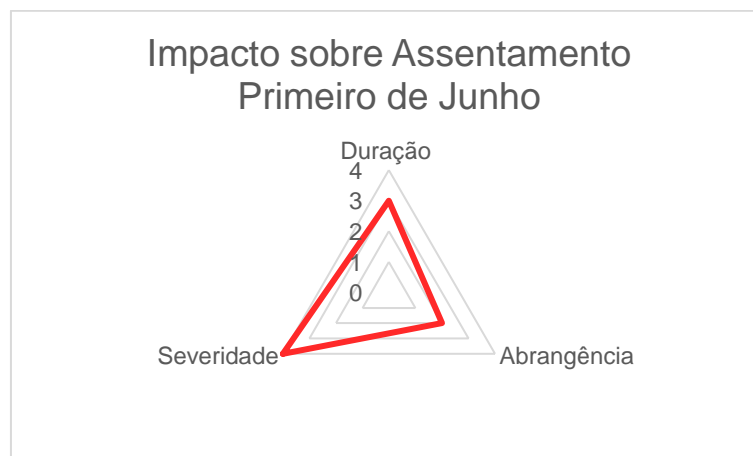
Tal como as comunidades anteriormente citadas, o Assentamento Primeiro de Junho sofreu impactos sobre as atividades de lazer de sua população, bem como sobre a paisagem local. Segundo entrevistas realizadas em campo, há na comunidade um sentimento de tristeza com relação ao rio: "não tem mais graça ir à beira do rio". Além deste impacto na relação afetiva com o rio Doce, as atividades de pesca e natação desenvolvidas pelos moradores foram impactadas, em função do comprometimento da qualidade da água. De acordo com o entrevistado, era costume montar camping e realizar churrasco à beira do rio, o que gerava um clima de festividade, em conjunto com as práticas de natação e pesca.

Além dessas atividades, a comunidade costumava receber visitas de caiaques dos participantes do Fórum das Águas, as quais foram interrompidas em função do Evento.

Quanto às manifestações culturais, que se realizava nas águas do rio Doce, verificou-se sua interrupção desde o Evento.

Os impactos ora analisados são de natureza negativa, diretamente decorrentes do Evento e abrangem a comunidade (2). Além disso, tratam-se de impactos de longa duração (3), considerando que a recomposição da qualidade ambiental do rio Doce no trecho em questão demandará, estima-se, um período superior a 5 anos. A severidade dos impactos em tela foi avaliada como alta (4), tendo em vista que a comunidade se encontra impedida de acessar o rio para suas práticas de lazer e que teve, portanto, seus costumes alterados.

Gráfico 9 Impacto sobre o Assentamento Primeiro de Junho



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se este impacto como muito significativo.

5.2.6.4 Assentamento Águas da Prata e Terra Prometida

Os levantamentos de campo possibilitaram constatar que o Assentamento Águas da Prata e Terra Prometida sofreu impactos referentes ao desenvolvimento de práticas esportivas e de lazer: “a comunidade não nada mais, não pesca mais”. Assim como no

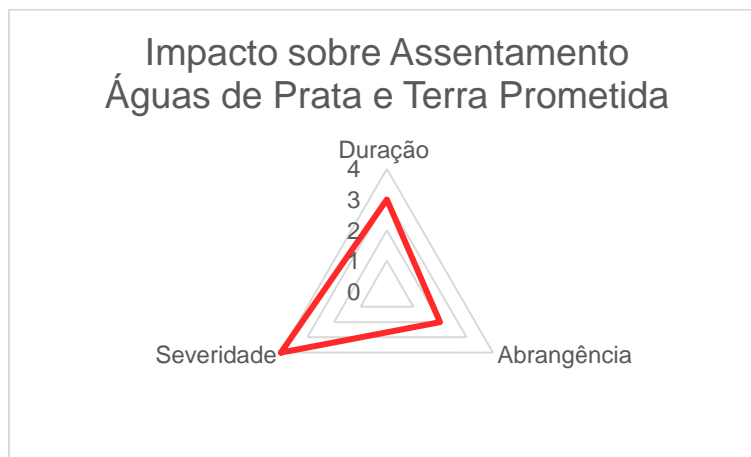
Assentamento Primeiro de Junho, era costume, no assentamento Águas de Prata e Terra Prometida, as pessoas se reunirem e fazerem churrasco à beira do rio Doce, assim como jogarem bola em uma praia que se formava em suas margens.

O impacto na paisagem também é citado pelos moradores como um fator que interfere negativamente na relação afetiva que mantêm com o rio Doce.

Naquilo que se refere às manifestações culturais, verificou-se que o cortejo marítimo em comemoração ao Dia de Nossa Senhora Aparecida e a cavalgada não mais se realizaram após o Evento.

Os impactos ora analisados decorrem diretamente do Evento e abrangem a comunidade (2). Além disso, trata-se de impacto de longa duração (3), considerando que o tempo necessário para a recomposição da qualidade ambiental do rio Doce no trecho em questão, estima-se, é superior a 5 anos. A severidade dos impactos em tela foi avaliada como alta (4), tendo em vista que a comunidade se encontra impedida de acessar o rio para suas práticas de lazer e que teve, portanto, seus costumes alterados.

Gráfico 10 Impacto sobre o Assentamento Águas de Prata e Terra Prometida



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se este impacto como muito significativo.

5.2.7 Impactos Econômicos no Turismo

- Sobre meios de hospedagem

Analisar as características da ocupação hoteleira é algo bastante complexo, pois trata-se de um mercado significativamente segmentado. Cada localidade possui características diferenciadas e a sazonalidade influencia diretamente no resultado final. Em locais onde houve algum tipo de impacto após o Evento, a dinâmica da ocupação hoteleira se torna ainda mais complexa.

Conforme afirmaram, em entrevistas, os proprietários dos meios de hospedagem inventariados em Tumiritinga, os estabelecimentos foram diretamente impactados pelo Evento. Isso porque os seus hóspedes eram, em sua maioria, turistas e pescadores. O proprietário de um dos estabelecimentos afirmou ainda, em entrevista, que em razão da atual condição do rio foi necessário alterar a estratégia de negócio que pretendia

desenvolver, cujo intuito inicial era empreender um pesque-e-pague. Os dois proprietários afirmaram ter havido uma queda de 80% no faturamento de seus estabelecimentos, o que implicou, em um dos casos, na redução de 25% no quadro de funcionários.

- Sobre comércio e serviços

Todos os empreendimentos inventariados no setor de comércio e serviços perceberam diminuição no número de clientes após o Evento, segundo os responsáveis entrevistados. Essa diminuição foi superior a 40%, chegando a alcançar 65%. Ao referenciar os impactos negativos decorrentes do Evento, o mais recorrente entre os empreendedores entrevistados foi a interrupção no abastecimento de água, a qual prejudicou a qualidade dos serviços prestados e contribuiu para a elevação do custo dos produtos, uma vez que se fez necessário comprar água mineral. Outro aspecto apontado foi a diminuição no número de turistas e visitantes nos finais de semana. No entendimento de todos os empreendedores entrevistados, nenhuma melhoria foi realizada de forma efetiva para solucionar esses impactos diretos. Com a diminuição no número de clientes, as receitas dos estabelecimentos do setor diminuíram de 30% a 70%, a depender do empreendimento. A grande maioria dos gestores, exceto um, entende que houve impacto muito grande na geração de empregos diretos e indiretos no seu estabelecimento, assim como na localidade, após Evento.

O gestor público entrevistado afirmou, por sua vez, que o Evento ocasionou impactos sobre restaurantes e bares localizados no principal ponto turístico do município, a Praia do Jaó. O referido gestor também afirmou que não houve nenhuma ação de mitigação dos impactos apontados, realizada pela Samarco.

- Sobre serviços e equipamento de transportes turísticos

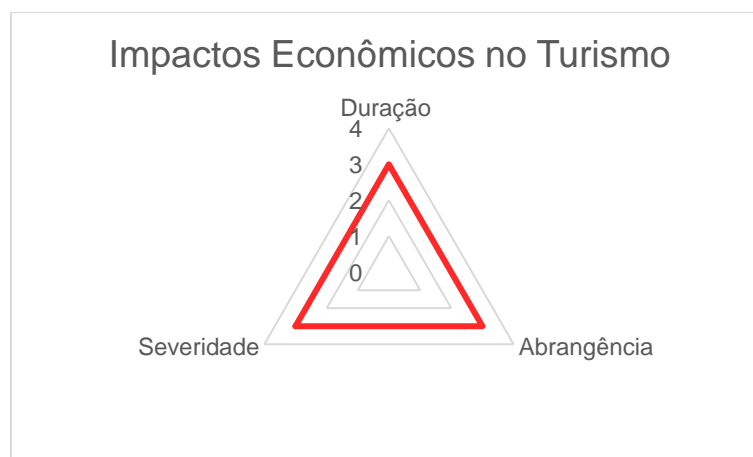
Conforme exposto no diagnóstico, foi inventariado um prestador de serviço de transporte turístico em Tumiritinga. O referido prestador de serviço afirmou, em entrevista, que o Evento ocasionou grande prejuízo em relação à oferta de empregos diretos e indiretos

relacionados ao turismo no município e, além disso, que o fluxo de usuários dos serviços de transporte por ele prestado diminuiu em aproximadamente 70%; essa diminuição estaria relacionada à queda do número de turistas que visitam o município. O entrevistado afirmou, ainda, que a diminuição no número de usuários de seus serviços de transporte e, por consequência, de arrecadação auferida, implicou na necessidade de encerrar o contrato com seus funcionários e de envolver exclusivamente membros de sua família no desenvolvimento do serviço.

✓ Avaliação

Consideradas a diversas dimensões que encerram o setor de turismo no município, avalia-se o impacto em tela como de natureza negativa, originado indiretamente do Evento, e de longo prazo (3), pois estima-se ser necessário um período de tempo superior a cinco anos para o reestabelecimento das condições anteriores aos efeitos do rompimento da barragem no município. Sua abrangência é municipal (3) e sua severidade avaliada como média alta (3), dada a sua incidência particular no setor hoteleiro, de transportes, de alimentação e comercialização de antiguidades.

Gráfico 11 Impacto Econômicos no Setor de Turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se este impacto como muito significativo.

Tabela 16 Planilha de identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impactos na imagem do município após o Evento	Reportagens e trabalhos científicos sobre o Evento	IN	ID	2	3	2	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Impacto sobre atrativos turísticos	Praia do Jaó	IN	ID	3	4	4	4	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	2	2	2

Impactos sobre atividades culturais, turísticas, de esporte e lazer	Carnaiaó, pesca amadora e outras atividades de esporte e lazer	IN	ID	3	3	4	4	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	2	2	2
Impactos Econômicos no Turismo	Impactos sobre hospedagem e sobre comércio e serviços	IN	ID	3	3	3	4	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Impacto ambiental e na paisagem	Impacto visual	IN	ID	3	4	3	4	Ações de Requalificação Ambiental	2	2	2
Impacto sobre Comunidades	São Tomé do Rio Doce	IN	ID	3	3	4	3	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1

Impacto sobre Comunidades	Assentamento Sem Terra Cachoeirinha	IN	ID	3	3	4	3	Ações de Requalificação Ambiental Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1
Impacto sobre Comunidades	Assentamento Primeiro de Junho	IN	ID	3	3	4	3	Ações de Requalificação Ambiental Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1
Impacto sobre Comunidades	Assentamento Água da Prata e Terra Prometida	IN	ID	3	3	4	3	Ações de Requalificação Ambiental Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1
Diminuição do investimento financeiro em atividades esportivas	Decorrente da diminuição da arrecadação	IN	II	3	3	4	4	Ações de Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer Ações de Revitalização de	1	1	1



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e referências

Entrevistados no município

Tabela 17 Listagem de participantes de reunião institucional em Tumiritinga

Nome	Cargo
Juliano Souza Vicente	Prefeito
Luzmar Bispo	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
David Miranda	Secretaria de educação, cultura e desporto
Elias Ferreira do Carmo	Morador Primeiro de Junho assentamento
José Nazareno	Morador Assentamento Sem Terra Cachoeirinha
Deneir e Leandro	Moradores Assentamento Águas da Prata e Terra Prometida
José Carlos Rodrigues	Morador - São Tomé do Rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 18 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 20/12/2016.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL. 2014. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS. CONSULTA PÚBLICA DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 03.07.2014, CONSULTADO EM 19.12.2016.

BRASIL. 2015. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 6.8.2015, CONSULTADO EM 18.11.2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2003-2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007-2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2013-2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – DIRETRIZES POLÍTICAS. 2004.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 18/12/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS. 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. TUMIRITNGA. [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

[HTTP://CEV.ORG.BR/BIBLIOTECA/POLITICA-NACIONAL-ESPORTE/](http://cev.org.br/biblioteca/politica-nacional-esporte/)

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/icms/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ECONOMIA DO TURISMO: UMA PERSPECTIVA MACROECONÔMICA. 2003-2009. 2012.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 19/12/2016.

IER – INSTITUTO ESTRADA REAL. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.INSTITUTOESTRADAREAL.COM.BR/](http://www.institutoestradareal.com.br/). ACESSO EM 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA. EXERCÍCIO 2017.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. TUMIRITINGA IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 16.12.2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 19.12.2016.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 19/12/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 18/11/2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://ETHICS.UNWTO.ORG/SITES/ALL/FILES/DOCPDF/BRAZIL_0.PDF](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf)

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. ANNUAL REPORT 2011, MADRID, 2012.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.UNWTO.ORG/](http://www2.unwto.org/).

PEDST-MG – PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE MINAS GERAIS - DIAGNÓSTICO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2016.

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 21/12/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 13 12. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 19/12/2016

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: [HTTP://WWW.TUMIRITINGA.MG.GOV.BR/](http://www.tumiritinga.mg.gov.br/)

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

WTTC – WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. ECONOMIC IMPACT OF TRAVEL & TOURISM. BRAZIL. 2016.